

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017
PROCESSO Nº 59500.001011/2017-75

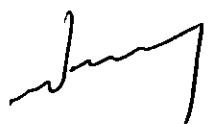
Aos 16 dias de janeiro do ano de 2018, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 8.259/2014, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Sr. **ANTONIO AVELINO ROCHA DE NEIVA**, Presidente da Codevasf, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 71545, expedida pela SSP/PI, e do CPF nº 032.946.923-15, residente e domiciliado em Brasília/DF, nomeado, e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 6.204/07, Lei nº 8.666/93, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 29/2017**, referente ao fornecimento de materiais para manutenção elétrica, hidráulica, marcenaria e ferramentas, no âmbito da sede da Codevasf, em Brasília-DF e suas Superintendências Regionais, localizadas nos estados da área de atuação da Codevasf, e cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de janeiro de 2018, seção 3, às fls. 1118 e homologado pela Diretoria Executiva da Codevasf, Resolução nº 35 de 16/01/2018, constante às fls. 1131 a 1133 do Processo nº 59500.001011/2017-75, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA - ME**, CNPJ: 13.531.571/0001-02, com sede na Rua Paulo Barreto, 31 - Vila Barreto - São Paulo-SP CEP - 02.937-100, telefone nº (11) 3979-6981, E-mail: info@itectecnologia.com.br, representada por seu Sócio-diretor, Sr. **Adilson de Souza Caetano**, (nacionalidade) brasileira, (estado civil) casado, residente e domiciliado em Rua Catarina Bandeira - 165, Praia Grande - SP - CEP - 11.706-220, RG nº 40.163.637-9, CPF nº 343.402.358-57, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com o item elencado abaixo, com suas características e respectivas quantidades.

Valor total da Ata, conforme itens a seguir discriminados: R\$ 36.501,60 (trinta e seis mil, quinhentos e um reais e sessenta centavos)

ITEM Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
10	Estabilizador de voltagem de 1000VA Capacidade de potencia nominal 1 KVA, tensão alimentação entrada 110/220 volts, tensão de alimentação de saída 115 v, com no mínimo 4 tomadas. Garantia de 1 ano.	268	136,2000	36.501,60

1 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREÇO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 201017
PROCESSO Nº 000000017017-75

Aos 18 dias de janeiro do ano de 2010, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARANAÍBA - CODEVASF, empresa pública federalizada pela Lei nº 9.088 de 10/07/1974 com atual denominação social por força da Lei nº 9.954 de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 7.252/2014, com sede no Setor de Grandes Áreas Nove - SGA/Novo, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrita no CNPJ nº 00.199.857/0001-20, neste ato representada pelo Sr. ANTONIO AVALINO FACHA DE NEIVA, Presidente da CODEVASF, e pelo Sr. Jairo, casado, portador da Carteira de Identidade nº 11518, expedida pela SSP/DF, e do CPF nº 032.848.923-11, residente e domiciliado em Brasília-DF, nomeado, e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 6.450/05, Decreto nº 7.252/2014, Lei Complementar nº 139/03, Decreto nº 6.204/07, Lei nº 8.666/93 e das demais normas legais em vigor, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 201017, e tendo em consideração as condições para contratação eletrônica, pública, direta e por meio de licitação, de acordo com a Lei nº 11.106/2005, e homologado pela Diretoria Executiva da CODEVASF, Resolução nº 36 de 16/01/2010, constante de 11/01 a 11/03 do Processo nº 000000017017-75, RESOLUÇÃO E TORNAR OS PREÇOS DA SEGUNDA EMPRESA DETENTORA DA VILA BARRETO, INFORMAR A TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ: 13.831.871/0001-02, com sede na Vila Barreto, 31 - Vila Barreto - São Paulo-SP, CEP - 05.037-100, telefone nº (11) 3870-8881 E-mail: info@tecnologia.com.br, representada por seu Sócio-Diretor, Sr. Adilson de Souza Carneiro, (nacionalidade) brasileira, (estado civil) casado, residente e domiciliado em Rua Catarina Rindleria - 166, Praia Grande - SP - CEP - 11.106-220, RG nº 40.163.637-8, CPF nº 343.402.388-57, tendo em vista as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com o item elencado abaixo, com seus anexos e respectivas especificações.

Valor total da Ata, conforme itens a seguir discriminados: R\$ 38.501,60 (trinta e seis mil, quinhentas e um reais e sessenta centavos)

ITEM Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
10	1.000 unidades de material de consumo para impressão em papel A4, 75g/m², cor branca, tamanho 210x297mm, com margem mínima de 25mm.	1.000	R\$ 38,50	R\$ 38.501,60

1 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a **Codevasf** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou implementos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos serviços desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no **Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 29/2017** e seus anexos.

4 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a **Codevasf**, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela **Codevasf** para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da **Codevasf**:

- a) Quando o detentor da Ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;



processo judicial.

c) Não manter as condições de participação ou participação técnica exigida no processo no mercado.

d) Não aceitar reduzir o preço registrado, as hipóteses deste se tomar subseqüente e/ou se tomar subseqüente condições de mercado.

e) Quando o detentor de uma marca solicitar a redução do preço registrado, as hipóteses deste por iniciativa da autoridade.

exatidão dos preços de mercado.

f) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, irrelevante em função de casos técnicos ou de outros motivos.

g) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Lei por ocorrência de A redução, quando:

administrativo específico, assegurado o cumprimento e a ampla defesa.

O detentor de uma marca e seu registro de preços cancelado por intervenção do processo.

2 - DO CANCELAMENTO DA VIA DE REGISTRO DE PREÇOS

A via de registro de preços cancelada pela autoridade do preço de uma marca registrada e, quando o novo preço máximo e seu preço de administração, o detentor de Comprovação e redução dos preços registrados no mercado nas mesmas condições de A via e sua única processo judicial.

de que a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 8.666/93, a autoridade competente poderá emitir por sua própria iniciativa ou por solicitação de autoridade pública, a fim de que o preço de A via e sua única processo judicial.

de que a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 8.666/93, a autoridade competente poderá emitir por sua própria iniciativa ou por solicitação de autoridade pública, a fim de que o preço de A via e sua única processo judicial.

3 - DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

No âmbito de preço eletrônico por registro de preços, a autoridade competente e a realização dos compromissos com os preços de A via e sua única processo judicial.

3 - DA UTILIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS

uso eletrônico de preços eletrônico por registro de preços.

empresas, obter por meio de uma ou mais empresas de A via e sua única processo judicial.

e no Decreto nº 3.825/2012.

empresas, obter por meio de uma ou mais empresas de A via e sua única processo judicial.

5 - DA UTILIZAÇÃO DA VIA DE REGISTRO DE PREÇOS

dos materiais ou serviços em função de condições.

opção eletrônico, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição de que o preço poderá ser, ajustando-se a realização de preços específicos para o A via e sua única processo judicial.

- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a **Codevasf** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **Codevasf** em conformidade com o disposto no item 22 do Edital.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 25 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Presidente da **Codevasf**, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 29/2017, seus anexos, e a proposta da empresa: **ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA - ME** classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Brasília/DF será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

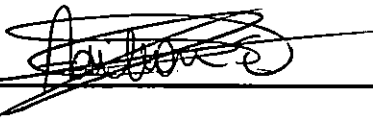
Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis.

Brasília-DF, 16 de janeiro de 2018



ANTONIO AVELINO ROCHA DE NEIVA

Presidente da Codevasf



REPRESENTANTE DA EMPRESA

ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA - ME